

III Encontro da ANPPAS

23 a 26 de maio de 2006

Brasília-DF

**Moradias Afetadas pelas Chuvas:
dimensões objetivas e subjetivas dos danos
pelo recorte de gênero**

Mariana Siena – Cso/UFSCar

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio – DCSO/UFSCar-PPGSEA/USP

Resumo

As chuvas na região Centro Sul do país é um fenômeno climático cuja associação com o padrão de ocupação urbano tem provocado danos e prejuízos, os quais imbricam dimensões ambientais, materiais e humanas, alguns materialmente identificáveis e passíveis de avaliação e outros subjetivos e inestimáveis. Quando moradias são afetadas, danificadas ou destruídas, os que ali são domiciliados vêm suas redes e práticas sociais conjuntural ou estruturalmente modificadas e se sentem impotentes diante da violência simbólica implícita na forma como as autoridades públicas agem diante das circunstâncias. A mulher é quem, culturalmente, desenvolveu aptidões para identificar e expressar tanto as dimensões objetivas das perdas concretas na moradia quanto às dimensões imateriais e intersubjetivas dos danos no núcleo familiar, razão pela qual sua perspectiva é o objeto dessa análise, a partir do caso dos desastres relacionados à chuva no município de São Carlos/SP. Tendo o suporte das discussões teóricas sobre *sociedade de risco*, *habitus*, *gênero* e *representações sociais*, empreendeu-se pesquisa de campo de base qualitativa, na qual os papéis de mãe; de esposa; de chefe do lar e o de mantenedora da unidade do grupo familiar, foram analisados.

Introdução

Em vista do padrão de ocupação urbana na Região Centro-Sul do país, em que o mercado de terras avança em áreas ambientalmente suscetíveis e a impermeabilização do solo abrange grandes extensões do território da cidade, os problemas relativos à má drenagem tomam cada vez mais vulto. As águas pluviais tornam-se fonte de medo e insegurança para vários grupos sociais, dentre os quais, aqueles cujas moradias são fixadas em fundos de vale. A cada estação chuvosa, tais moradias são suscetíveis às inundações, gerando danos materiais e imateriais aos que ali habitam, além de colocar em risco a integridade física e emocional dos residentes.

Quando a moradia é efetivamente afetada, são complexas às repercussões sobre a rotina da família uma vez que as redes sociais de convivialidade de cada um de seus membros são conjuntural ou estruturalmente modificadas. A destruição ou danificação estrutural da casa envolve, no geral, perda dos bens permanentes e de consumo da família, como eletrodomésticos, móveis, alimentos, vestuário, material escolar, equipamentos eletrônicos; isto é, envolve a perda daquilo que se precisa para satisfazer necessidades dentro e fora do lar. O deslocamento do grupo para outro lugar, quando os riscos de colapso das obras civis são tidos como alto pela Defesa Civil, ou quando o colapso já ocorreu, colocam-no na condição de desalojado – quando é aceito a compartilhar a moradia com parentes e amigos – ou de desabrigado – quando, na ausência da alternativa acima, é obrigado a fixar-se temporariamente em abrigos públicos – dissolvendo-se, em ambos os casos, suas referências usuais de vizinhança. Há os que são impactados com a perda das fontes de trabalho, quando estas estão associadas ao espaço da moradia - como oficinas mecânicas, pequenos armazéns, serviços de corte e costura e trabalhos informais - ou quando a necessidade de reconstrução obstrui o tempo regular da jornada em relações contratuais com terceiros. Por fim, há a perda de condições de exercício de alguns papéis, tais como os que se extinguem com o desaparecimento de membros da família ou com a ausência dos territórios em que rotineiramente eram encenados.

Esse conjunto de fatores faz com que os afetados sofram o risco de desorganização de seus núcleos familiares ou se sintam impotentes diante da violência simbólica implícita na forma como as autoridades públicas os tratam.

A mulher, como chefe do lar, é quem culturalmente desenvolveu aptidões para identificar e expressar tanto as dimensões objetivas das perdas concretas na moradia quanto às dimensões imateriais e intersubjetivas dos danos no núcleo familiar. Tais aptidões devem-se ao fato de que é ela quem, historicamente, “produz” o núcleo familiar, isto é, toma para si a

tarefa de reprodução e manutenção do sistema de valores e crenças para os demais membros bem como a de zelar o território onde se realiza a sociabilidade deste grupo, qual seja, a moradia. Assim, quando as inundações afetam a moradia, não raro os demais membros reagem diante da situação tendo a dimensão da mulher como a que melhor expressa a amplitude das perdas e danos havidos pela família.

Uma forma de entendimento das representações femininas acerca de tais perdas e danos é contextualizar seu olhar numa tessitura macroenvolvente na qual a sociedade contemporânea caracteriza-se como uma *sociedade de risco*; isto é, situar o imaginário social na dinâmica hodierna de produção de espaços perigosos. Outra forma é debruçar-se sobre as especificidades das interações sociais da mulher no território privado, que desdobram seu cotidiano numa teia de papéis cujos exercícios, sincrônicos e muitas vezes simultâneos, estabelecem uma dinâmica domiciliar sobre o qual as chuvas provocam um efeito desestruturante.

Ao integrarem-se ambas as formas, como foi o propósito desse trabalho, tencionou-se, por um lado, fazer emergir o tema da dissolução do *habitus* na rotina familiar impactada pela destruição ou danificação de seu espaço de sociabilidade e, de outro, tratar da incapacidade dos agentes institucionais constituídos no processo político de reflexividade da *sociedade de risco*, tais como órgãos de Defesa Civil, adotarem práticas preventivas, de socorro, ou mitigadoras dos danos, que correspondam às necessidades das famílias afetadas. Em ambos os casos, relatos orais de mulheres que chefiam o lar somando-se à chefia da família, isto é, responsável pelo sustento da mesma, podem trazer elementos privilegiados para a análise sociológica. Para fins de ilustração da importância de tais relatos, apresentar-se-á alguns deles derivados de um estudo de caso focalizando moradias afetadas por chuvas na área urbana do município de São Carlos/SP identificadas a partir dos Registros de Atendimento da Defesa Civil compreendido no período de 2000 a 2004.

1. A concretização dos riscos nas práticas de ocupação urbana

Os estudos técnicos e quantitativos dos riscos consideram que os desastres são efeitos de processos bio-geofísicos que cercam o mundo humano. Assim, os elementos do ambiente físico, as forças externas, são os que geram prejuízos à sociedade, possuindo determinadas probabilidades objetivas de provocar danos. É como se os riscos pudessem, nessa concepção, ser contidos mediante cálculos quantitativos e probabilísticos de níveis de aceitabilidade de uma ameaça.

No debate contemporâneo das Ciências Sociais, o conceito de *risco* evoca algo que está subjacente – e não *fora* – do tecido social. Sequer aceita que os desastres sejam entendidos como efeitos colaterais do progresso, contingentes ou acidentais. Por um lado, o risco é visto como inerente à forma atual de produção do espaço, isto é, de constituição dos fixos e fluxos sobre o território; por outro, ele é uma *representação* da realidade, ou seja, é identificado como tal quando, no plano da cultura, atribui-se perigo a tal ou qual situação. O *desastre*, assim tanto pode dizer respeito à manifestação concreta de aspectos deletérios, porém, intrínsecos, do espaço fabricado como pode se referir à significação que determinados grupos dão ao acontecimento desde o lugar em que o testemunham.

A contribuição das Ciências Sociais é, pois, a de demonstrar a natureza social do que é vivido como tragédia, como algo não previsível. Beck (1997) Giddens (1991;1997) foram os principais autores que descreveram e analisaram os riscos como centrais e constitutivos da sociedade que se moderniza incessantemente. Beck propõe a substituição da idéia de ordem social pela de *sociedade de risco*, salientando o risco sistêmico na sociedade contemporânea, no que Giddens complementa afirmando que a ânsia de transformar continuamente o território introduz, sobretudo, a instabilidade iminente na vida social. Na *sociedade de risco*, os vários grupos são constantemente confrontados com os limites e com as conseqüências de suas ações donde deriva o conceito de *reflexividade* para explicar a possibilidade de autocrítica que se pode ter diante das práticas tidas como perigosas:

a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas práticas sociais, alterando assim constitutivamente seu caráter (GIDDENS, 1991: 46).

Uma das representações contemporâneas mais aceita acerca do que seja desastre é aquela que diz respeito à alteração, para pior, do funcionamento rotineiro de uma sociedade (MATTEDI & BUTZKE, 2001) ainda que seja ela própria que tenha operado contra si. Fenômenos climáticos, como as chuvas, colaboram para expor a fragilidade de tais rotinas.

Como parte constituinte do ciclo hidrológico, as chuvas acompanham e contribuem para a evolução da vida no planeta desde seus primórdios. Em muitas das sociedades tradicionais, tomavam a forma de dádiva propiciando as lavouras e a dessedentação de pessoas e animais ao verter sobre a terra e assomar as águas doces dos mananciais. Populações ribeirinhas amazônicas adaptam não só as atividades econômicas às regularidades do ciclo hidrológico – por exemplo, revezando-se na atividade agrícola e de pesca artesanal –

como também nas tecnologias construtivas em área de inundação, elevando o piso da moradia à altura superior ao nível maior de vazão (VALENCIO, 1999). Porém, a organização social do espaço moderno constituiu-se de tal modo que prescindiu de considerar a contento os efeitos desse fenômeno climático sobre o território. Chuvas causam ou aceleram processos erosivos, trazem ventos fortes, geram enchentes, descargas elétricas, inundações, queda de árvores. Uma vez que se circunscrevem a um território adensado, provocam desmoronamento de estruturas, destelhamentos, alagamento de vias públicas e obstrução dos fluxos viários, contaminação de mananciais, perda de vidas, entre outros (ISDR, 2003). Ou seja, a forma como a sociedade se ocupa em traduzir os movimentos da natureza e ajustar-se aos mesmos é o que faz das chuvas uma benção ou uma maldição.

O tempo da modernidade é um tempo de fluxo, de trânsito. Nas cidades, onde se dá o modo de vida urbano, a territorialidade, as modalidades de fixos e fluxos são intensas. “*Os fixos (casa, porto, armazém, plantação, fábrica) emitem fluxos ou recebem fluxos que são os movimentos entre os fixos.*” (SANTOS, 1998: 165). Os fluxos são comandados pelas relações sociais que precisam dos fixos para se realizar. Dessa forma, se formos traduzir o território na dimensão social, é um território que intensifica os fluxos, um concentrador de benefícios dos nossos desejos simbólicos e que nos satisfaz, mas que, no entanto, aumenta os riscos que lhes são inerentes.

No meio urbano da região Centro-Sul, o cenário de desestruturação da rotina é visível no espaço público quando da estação chuvosa e, sobretudo, quando há concentração da precipitação pluviométrica em um ou poucos dias desse período. Todavia, tal rotina é relativamente reconstituída após o evento: as vias públicas principais são limpas e recapeadas, permitindo a volta do fluxo automotivo, os aeroportos são reabertos ao tráfego aeroviário, as feiras livres se reinstalam, as árvores caídas são recolhidas do local, o serviço de eletricidade volta à normalidade. Entretanto, ocultos no espaço privado, o do domicílio, estão os mais devastadores e permanentes efeitos da má convivência do mundo moderno com as chuvas.

A *reflexividade* nessa relação gera, dentre outros, uma resposta institucional ao risco. A Defesa Civil, assim como o Corpo de Bombeiros, são os braços do Estado no provimento de segurança quando os limites parecem prestes a ruir. No espaço público, a ação de tais órgãos tem uma visibilidade que incita certo tipo de juízo acerca de sua efetividade, o que não necessariamente corresponde ao juízo que se tem quando as relações são travadas no espaço privado.

Assim, compreender as dimensões das perdas e danos das moradias afetadas pelas chuvas é o que permite avaliar se as novas estratégias de convivência com tal fenômeno são

deflagradas e se as formas institucionais que derivam da *reflexividade* são suficientes para aplacar o sofrimento das famílias.

2. A moradia como espaço de produção da família e dos papéis da mulher

O recorte de gênero é uma categoria histórica nas Ciências Sociais que define especificidades sexuais ao exercício de papéis numa determinada estrutura social (MORAES, 2005). Assim, a reprodução desta categoria só ganha inteligibilidade se vista desde dentro das instituições que compõe a sociedade em cada momento histórico, a família, a Igreja, a Escola, o Estado (BOURDIEU, 2003).

Obedecendo ao *habitus* e à estrutura de dominação corrente na sociedade brasileira, cabe ao homem realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, situados do lado do exterior da casa. É dele que se espera a autoridade moral, a respeitabilidade, o juízo oficial, as práticas públicas, que representam à família no âmbito social. Já, à mulher, cabem todos os trabalhos domésticos, escondidos, invisíveis, os quais demandam muito tempo e constituem a rotina do lado interior da casa. A ela deve-se a construção simbólica do lugar como seguro e o sistema de valores e crenças da família onde se encontra a unidade do grupo, razão pela qual se diz, lembra Sarti (1995), que ela é “patroa”. Logo, o universo de homens e mulheres constitui duas classes de *habitus* diferentes e, porque não dizer, numa divisão das atividades produtivas que incluem aquelas de reforço do capital social e do capital simbólico (BOURDIEU, 2003).

A mulher tem muitos papéis justapostos na moradia: o de mãe; o de chefe do lar; o de esposa; e, principalmente, o de mantenedora da coesão familiar; todas, formas de socialização fundamentais para a perpetuidade dessa instituição na sua dinâmica endógena; que tende, no entanto, a diminuir a importância de tais atividades e a enxergar a mulher como vítima, vulnerável, fraca, impotente.

Para Sarti (1995), a casa é identificada com a mulher e *está contida* na família; isto é, a casa é uma expressão material do que seus membros precisam para exercitarem seus respectivos papéis e saciarem suas necessidades vitais. É a mulher quem cuida da divisão e organização dos cômodos e dos bens ali acondicionados, da garantia e asseio dos mesmos, do suprimento às demandas por alimentação e vestuário a contento, enfim, de zelar para que o bem-estar dos seus membros seja naturalizado. O homem tem precedência à mulher sendo considerado o chefe da família e a mulher a chefe da casa. Tal divisão complementar permite a realização das diferentes funções da autoridade na família. O homem é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar no âmbito externo, mas aquilo que ele apresenta

como uma família é uma rede tecida pelas mãos femininas. Se for ele quem sai para trabalhar e traz o dinheiro para dentro de casa, assumindo o papel de provedor do grupo, é a mulher quem, em certa medida, controla este dinheiro, pois é quem dita as prioridades de gastos da renda familiar, repartindo-a na saciedade de necessidades individuais e do coletivo. Ainda que a mulher concentre a chefia da casa – na ausência de um homem que se apresente como tal – é na complexidade da vida privada que os principais desafios de sua identidade estão historicamente colocados.

Quando as chuvas provocam inundações na moradia e bens permanentes (geladeira, fogão, colchão, televisão) ficam inutilizados, assim como a estrutura da casa fica danificada ou destruída, há mudanças nas referências espaciais para a realização de papéis sociais dos membros da família e, em especial, da mulher.

Por fim, no mais das vezes, uma dimensão de classe perpassa as inseguranças: a precariedade de renda da família leva à precariedade do lugar de fixação da sua moradia e dos materiais construtivos utilizados. A frente fria que entra destelhando a casa danifica os bens do interior do domicílio pela ausência de forro no teto; o vento frio que a acompanha inflige medo e incômodo quando se rompe entre as fretas de portas e janelas mal vedadas e paredes inacabadas; o receio de doenças de veiculação hídrica (leptospirose, hepatite) se dá quando as águas pluviais misturam-se ao esgoto que transborda, invadindo e se elevando pelos cômodos e impregnando os objetos móveis. Assim, a vulnerabilidade da moradia e os riscos à integridade física da família têm imbricações com a fragilização social do grupo, que antecede e independe das chuvas, o que relativiza, no atual estágio de modernidade, nas cidades do Centro-Sul, não apenas a capacidade desse coletivo em permitir-se experimentar alternativas ao sofrimento de tais impactos – isto é, agir com *reflexividade* – como também na superação do recorte de classe pela de *sociedade de risco*.

Águas pluviais podem, de fato, contribuir para o agravamento dos revezes cotidianos em outras camadas da sociedade que partilham o território citadino, socializando-se, por assim dizer, os perigos as quais a mesma está exposta (VALENCIO et al, 2004); todavia, são distintas as condições para suplantar as adversidades.

3. Relatos das perdas vividas: dimensões materiais e imateriais na perspectiva feminina

Falar do exercício de papéis implica em abordar as representações sociais dos mesmos. Moscovici argumenta que:

o propósito de todas as representações é tornar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade, familiar [daí porque as representações são]

um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e de sua história individual e social. (MOSCOVICI, 2004:20-21).

O universo simbólico partilhado, na transmissão das representações, consiste de suas manifestações verbais e não-verbais nas quais a presença da mãe é de grande importância:

As representações sociais são históricas na sua essência e influenciam o desenvolvimento do indivíduo desde a primeira infância, desde o dia em que a mãe com todas as suas imagens e conceitos, começa a ficar preocupada com o seu bebê. Estas imagens e conceitos são derivados dos seus próprios dias de escola, de programa de rádio, de conversas com outras mães e com o pai e de experiências pessoais e elas determinam seu relacionamento com a criança, o significado que ela dará para os seus choros, seu comportamento e como ela organizará a atmosfera na qual ela crescerá (MOSCOVICI, 2004:108).

Uma das formas que o cientista social encontra para ter contato com essas representações é através dos relatos orais. Os relatos orais, colhidos por meio de uma interação estabelecida a partir de roteiros semi-estruturados, permitem ao entrevistado transmitir sua experiência naquilo que considera relevante no seu próprio ponto de vista (QUEIROZ, 1997). Embora a narrativa possa reconstituir os acontecimentos segundo aquilo que o entrevistado julga ter experienciado de uma forma única, o tema do impacto das chuvas sobre a moradia e a família em áreas tidas como de risco propicia que os relatos das mulheres sejam convergentes no que tange às perdas sofridas, as aflições quanto ao futuro, às estratégias de mitigação dos danos; isto é, revelam valores e práticas coletivos.

A fim de ilustrar as representações femininas acerca do tema supra, trazemos alguns relatos colhidos junto a moradias afetadas pelas chuvas, localizadas no município de São Carlos/SP, e consideradas, pelo poder público, como sendo fixadas em áreas de risco. A identificação dos mesmos pautou-se pelos Registros de Atendimento da Defesa Civil no período entre 2000 e 2004.

A aproximação das chuvas é um fator de apreensão para as mulheres dessas moradias, sobretudo no que concerne ao seu papel de mãe. Manter a prole em segurança e em relativa tranquilidade diante dos acontecimentos faz parte de sua tarefa. Os filhos são buscados nos vários lugares em que se encontram para estar em casa, ao redor de si. Há aquelas que se

apegam às suas práticas religiosas como também as que se esforçam para que os filhos superem o estado emocional provocado pela reiteração das adversidades:

Eles [referindo-se às crianças] são assim (...) começou a chover eles trata de pega a bíblia para ler porque eles quer ficar tudo em volta de mim [grifo nosso], aí eu tava lendo a bíblia com eles, aí de repente caiu em cima da gente [o telhado](...) Foi um susto (...)Eu falo para eles vamos rezar, se apegá com Deus, pra que não aconteça o pior (...)A gente fica esperando né?! Esperando por Deus, a gente fala assim: “Deus é misericordioso”. Se acontecer [algum dano relacionado à chuva] o que eu faço é o que minha mãe fazia, enfia de baixo da mesa, embaixo da cama com as crianças. E também tiro tudo da tomada (Dona Belmira, 41 anos).

Ah, eu queria eles [filhos] em casa, e eu ficava apavorada quando um deles tava na rua, ligava, ficava com medo. Sabe a praça da 15 de novembro, aquelas árvores, aquilo lá, quando tem temporal, nem precisa ser um vendaval, se você passar ali é um horror. A sensação que você tem é que realmente as árvores vão cair em cima de você. Eu fico preocupada(...) (Dona Maria Tereza, 48 anos).

Inclusive quando percebo que o tempo está [mudando], chega a chuva, eu mando ela [filha mais nova, de 11 anos] pro meu ex-patrão, ela fica na cidade, na casa deles. Porque ela fica muito...(silêncio), ela fica doente. Ela tem um probleminha de coração, sabe?! Então, ela fica agitada, ela não dorme, ela chora. As duas primeiras vezes ela nem viu (...). Quando ela veio já tinha secado, já tava tudo certo (...)eu acho que uma criança, eu sei que não é todo mundo que pode fazer isso, mas uma criança não tem que passar por isso. Não foi isso que eu passei, que eu quis pra meus filhos (...) Na segunda vez meu filho [de 20 anos] ficou muito abalado, ele sentou no portão inconsolável. Ele falou para mim: “Mãe eu não sei o que fazer”. Aí eu vejo meu filho desse jeito, a casa, não tem como você chegar na sua casa. A casa toda suja,você não tem palavras. Se eu não falar alguma coisa pra consolar, que raio que eu sou de mãe?!? (...) Então, você vai dar um consolo, mas que ele sabe que eu to mentindo... (Dona Dulce, 41 anos).

Se sua carência material é socialmente exposta, isto é, a vizinhança tem conhecimento das privações pela qual a família passa, a mulher, no papel de mãe, fica menos constrangida em apoiar-se na mesma e pedir ajuda, solicitando o acolhimento aos filhos. A preocupação com os filhos vem em primeiro lugar:

Até hoje eles [os filhos] têm trauma de chuva (...) catei eles corri pra casa do vizinho, lá pro vizinho de baixo. Aí eu cheguei lá, enfiei eles pra dentro e voltei pra acudi as coisas[grifo nosso] (Dona Belmira, 41 anos).

É importante observar que, apesar da solidariedade da vizinhança, a mudança do território onde, circunstancialmente, ficam instalados os filhos, é algo que os pode atingir negativamente, pois há a perda do espaço de exercício das relações privadas que os obriga a ter outras práticas, mais restritas e de maior autocontrole, frente ao olhar de quem os acolhe.

Porém, quando um temporal inflige danos à moradia e é período noturno, maiores são as resistências em abordar vizinhos com tal demanda por acolhimento provisório. Está pactuado socialmente que a noite é o momento de resguardo da rotina privada e íntima das famílias, o qual não se deve romper com necessidades exógenas. Assim, os riscos de danos aos elementos materiais e à integridade física dos membros da família são vividos como uma

experiência quase silenciosa, que só perturba a rotina própria daqueles que se encontram suscetíveis às chuvas.

Era 4 horas da manhã começou a encher, quantas vezes!! Quando entrou água lá dentro, eu e meu esposo tava tirando água, eu barriguda [grávida] (...) você precisa de ver!! [e as crianças?] Estavam dormindo, eu não deixava eles vê (Dona Sandra, 43 anos).

Uma vez que os mesmos se encontrem fora do perigo, então, retornar-se a casa para, já no papel de chefe do lar, salvar os utensílios pelos quais ela se sente igualmente responsável, ciente da vulnerabilidade sócio-econômica da família e a tristeza em ver o estado de precariedade aquilo que era de sua rotina conservar zelosamente:

(...) como tinha ficado a cozinha sem quebrar (...) eu fui arrastando as coisas e colocando na cozinha. O colchão tava molhando muito, antes que encharcasse eu coloquei pra cá. E fui tirando as coisas, ainda bem que não tinha quase nada [grifo nosso]. Aí eu fui colocando pra cá, estragou o controle da TV, a televisão não é mais aquela que pegava antes, mas deu pra gente levar (...) A gente cobre lugar que pinga, porque como é só telha assim, às vezes, conforme o jeito da chuva pinga em vários lugar. Você vai acudir a coisa, colocar alguma coisa em cima da outra coisa. Você vê e vai acudindo. Vindo a chuva tiro tudo da tomada, se a televisão tiver ligada eu desligo, desligo rádio. Então, não deixo nada na tomada. Da chuva, às vezes, a gente fica com medo, né? Por causa que ela sempre vem com vento, raio e como a gente mora numa casa sem estrutura [grifo nosso], muito assim.... né...fraca (Dona Belmira, 41 anos).

Eu ergo aquilo que pode ser erguido, mas mesmo assim você tem que erguer muito, porque chega a 20 cm de água. Se você põe um tijolo de baixo do pé do guarda-roupa ele vai molhar seu guarda-roupa do mesmo jeito, porque não é o suficiente, você vai erguer onde? Em cima de cadeira? Você não tem pra tudo isso, né?! (...) Molhou o sofá, molhou o fogão, molhou mantimento, molhou roupas nas gavetas do guarda-roupa. Minha máquina de lavar roupa ficou dentro, não deu tempo de erguer, ela queimou. Os móveis ficam feios, né? Os pés dos móveis, a fachada, então ficou tudo feio. Levou dias pra secar Então, eu fico...(silêncio), a gente lamenta, chora. Eu fico sentada na área, aí fora, vendo a água entrar (Dona Dulce, 41 anos).

Eu tiro as coisa da tomada, coloco o menino pra dentro, tiro roupa do varal e espero (Dona Silvana, 28 anos).

Aí, choveu, nós temos que por saquinho, tem que por um monte de entulho na porta [água]pra não entrar (...)eu perdi 2 guarda-roupas (...) a estante, também, embaixo tá tudo ruída, tá tudo danado A máquina de costura também (Dona Sandra, 43 anos).

A mulher cuida de várias coisas, no domicílio, em um curto espaço de tempo, lida de maneira muito eficiente com a gestão do tempo. Mas, o desempenho intensivo e simultâneo dos vários papéis tende a elevar o seu nível de estresse. Diante tantas providências a tomar com a casa e a família, não raro subordina a necessidade de cuidar de sua própria integridade física e emocional. Remete-se, assim, à figuração da heroína, para qual o outro sempre está em primeiro plano. Os relatos acima sinalizam que os papéis femininos são mobilizados num longo processo de contato com o fenômeno das chuvas e seus efeitos: quando há percepção de que a precipitação forte está a caminho, a mãe e chefe do lar adotam estratégias preventivas,

tomando providências para que nada aconteça; quando as chuvas caem, respondem aninhando e tranquilizando seus filhos e poupando os bens da casa de serem diretamente afetados; ainda durante ou após as chuvas, o manuseio das águas pluviais que invadem o lugar são o que consomem o seu tempo, juntamente com o esforço de avaliação das perdas, administrando o que poderá ou não ter serventia após o impacto. Logo, há uma atuação feminina prévia, durante e no momento posterior à precipitação, o que amplia o espectro temporal do seu sofrimento.

Quando indagadas a respeito das perdas materiais na moradia, além de as lamentarem, expressam as dimensões imateriais ali contidas:

Estragou o telhado, um forro sabe?! Um forro que meu filho tinha acabado de colocar [grifo nosso]. Estragou só um pouco as cadeiras. Estragou assim: os móveis molharam, mas não chegou a jogar fora, molhou o sofá. Mas ninguém se machucou, graças a Deus, não tinha ninguém embaixo (Dona Maria Cândida, 56 anos).

A mulher sente dificuldade em solicitar ajuda externa na ausência do marido, como pedir a ajuda à Defesa Civil ou ao Corpo de Bombeiros. Se, como chefe do lar, há um senso de responsabilidade para com a segurança da moradia, a solicitação de socorro institucional é tarefa do chefe do domicílio que tem a autoridade nesta comunicação com o mundo externo. Assumi-la no lugar do homem tem implicações na forma como o agente de emergência (na maioria das vezes, um ou vários homens) supõe que deva interagir: trata-se, a mulher, de alguém que precisa obedecer a uma ordem oficial, pública e viril, sem contestação, mesmo quando as medidas indicadas pelo agente sejam incompatíveis com o entendimento que ela tem de suas próprias responsabilidades:

A gente não quer sair [quando a Defesa Civil Municipal quer a remoção da família do lugar], quer cuidar das coisas. Depois que casa, tem família, é difícil, né? (Dona Sandra, 43 anos).

Eles [da Defesa Civil Municipal] vêm, tira as mulheres, as crianças que estão dentro da água, carregam para outro lugar. Mas a gente quer ficar naquilo que é nosso, entende?! Quer salvar as coisas, porque você sabe que é difícil ter de novo. Eu sei, eu trabalhei a vida inteira pra ter o que tenho, eu valorizo isso que eu tenho, porque eu sei quanto difícil foi pra mim ter. E assim todos os que estão aqui (...) (Dona Dulce, 41 anos).

Muitos dos sistemas peritos, oriundos da composição da sociedade moderna, como a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros, partem da premissa que a realidade é uma totalidade homogênea e de semelhantes *habitus*; isto é, constitui-se num sistema único de esquemas de produção de práticas e num sistema único de esquemas de percepção e apreciação dessas práticas (BOURDIEU, 1990). Porém, como já assinalava Guivant (1998), na racionalidade perita, a percepção do leigo é tida como irracional, pobre de informação e não necessariamente correspondente aos riscos reais. A percepção perita é, segundo a própria

racionalidade que lhe dá vida, o olhar ideal sobre os acontecimentos, pois corresponderia aos riscos reais, analisados e calculados pela ciência. Não há um diálogo entre a percepção de risco por parte de órgãos de Defesa Civil e das famílias para uma aferição consensual das dimensões dos danos e perdas envolvidos.

Quando o marido é uma figura presente, o papel de esposa é de evitar o conflito e a exposição de suas carências materiais e emocionais. Deve, ao contrário, demonstrar resignação diante do ocorrido e considerar as preocupações do parceiro como sendo as suficientes para absorvê-lo:

Eu, como mulher casada há 25 anos, (...) se você passar muito desagrado pro seu esposo, você cria um conflito. Então, tem muita coisa que você tem que se guardar, mostrar que você está bem. Porque ele já tem o problema do trabalho, já tem o problema também, tá vivendo esse problema, talvez com outra visão, mas tá vivendo o mesmo problema. Mas, eu tô em casa, eu tô cuidando, atrapalha, a vida do casal. Atrapalha bastante, porque às vezes você quer falar mas..., não deixa falar. E por outro lado, às vezes ele fala e você tem que ouvir uma coisa que você falou e não queria ouvir aquilo ali (Dona Dulce, 41 anos).

Esse silenciamento culturalmente imposto, que provém do sistema sexo-gênero, faz com que a mulher sofra com uma dupla pressão: a de não poder externar sua fragilidade individual na vivência da situação; e a de manter-se como referência para os demais membros da família, componentes de comportamentos ansiosos e depressivos aos quais se tornam suscetíveis.

Enfim, quando a moradia não resiste ao impacto das chuvas, a mulher vê abalados os seus marcos referenciais da vida privada: a garantia de bem-estar dos filhos; a quantidade e qualidade dos bens materiais; a integridade da própria casa. A ausência de canais de diálogo e extravasamento de sua dor, seja com agentes institucionais seja com aqueles com quem interage no espaço privado – privilegiadamente, com o marido – faz com que o esforço ao retorno da ordem de seu mundo externo custe-lhe o desabamento paulatino de sua própria individualidade.

A guisa de conclusão

O atual estágio da modernidade não é apenas o que produz novos perigos tecnológicos à sociedade, mas o que transforma os perigos naturais em algo passível de desorganizar as rotinas dos setores da população que carecem de uma rede de proteção.

Quando a *reflexividade* da sociedade desenha respostas institucionais ao risco, construindo uma percepção de segurança preventiva, de socorro ou recuperativa, as interações

dessas instituições com os moradores afetados por desastres indicam incompatibilidades na forma de entendimento das necessidades frente às perdas e danos havidos.

As representações femininas diante dos desastres descrevem as inumeráveis habilidades que, em cada um dos papéis domésticos, a mulher exercita, traduzindo uma consciência muito ampla das dimensões materiais e imateriais que ela precisa administrar em prol da unidade familiar.

Estruturas de suporte social às famílias que passam recorrentemente por tais situações – recorrência derivada das limitações de alternativa a fixação do domicílio, incluindo a preservação de sua rede de convivência – precisam ser instauradas para favorecer a cidadania, isto é, considerar os saberes, interesses e dores que há por detrás daquilo que as chuvas levam ou arruínam.

Referências Bibliográficas

BECK, U. A reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. Anthony Giddens, Ulrich Beck, Scott Lash (orgs). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p.11-71, 1997.

BOURDIEU, P. Espaço Social e poder simbólico. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. Anthony Giddens, Ulrich Beck, Scott Lash (orgs). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p.73-133, 1997.

GUIVANT, J.S. *A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da Teoria Social*. Rio de Janeiro: BIB, n.º 46, p. 3-38, 1998.

ISDR. *Living with risk: a global review of disaster reduction initiatives*. Geneva: ONU, 2003.

MATEDDI, M.A. & BUTZKE, I. *A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e desastres*. Campinas. Ambiente & Sociedade, ano IV, n 9, 2º semestre, 2001.

MORAES, M.A. Mini-curso: *A Transversalidade do Gênero nas Relações Sociais*. São Carlos: III Semana de Ciências Sociais e Estudos Marxistas, 2005.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

QUEIROZ, M. I. P.; *Relatos Orais: do “indizível” ao “dizível”* in ENSAIOS. CERU/Departamento de Ciências Sociais, FFLCH, USP, 273-284, 1987.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SARTI, C. A. *A Família Como Espelho*. Campinas: Autores Associados, 1996.

VALENCIO, N.F.L.S. . *Os sobreviventes da floresta: condições de vida e reprodução social de comunidades ribeirinhas da Amazônia Central*. São Carlos: mimeo, 1999.

VALENCIO, N.F.L.S. et al . *A produção social do desastre: dimensões técnicas e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas*. São Carlos. Revista Teoria e Pesquisa, v 44-45, p. 67-115, 2004.

VALENCIO, N.F.L.S. et al. *Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais*. Florianópolis. Revista Política e Sociedade v4, p. 163-183, 2005.